

SESSÕES DO PLENÁRIO

36ª Sessão Ordinária da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, 18 de abril de 2023.

PRESIDENTE: DEPUTADO SAMUEL JUNIOR
(SEGUNDO-SECRETÁRIO)

À hora regimental, 14h45, na lista de presença, verificou-se o comparecimento dos(as) senhores(as) Deputado(as): Alan Sanches, Alex da Piatã, Angelo Coronel Filho, Antônio Henrique Jr, Binho Galinha, Bobô, Cafú Barreto, Cláudia Oliveira, Dr. Diego Castro, Eduardo Alencar, Eduardo Salles, Euclides Fernandes, Eures Ribeiro, Fabrício Falcão, Fátima Nunes, Felipe Duarte, Hassan, Hilton Coelho, Ivana Bastos, Jordavio Ramos, José de Arimatéia, Júnior Muniz, Júnior Nascimento, Jurailton Santos, Kátia Oliveira, Laerte do Vando, Leandro de Jesus, Luciano Araújo, Luciano Simões Filho, Ludmilla Fiscina, Manuel Rocha, Marcelinho Veiga, Marcinho Oliveira, Maria del Carmen, Marquinho Viana, Matheus Ferreira, Nelson Leal, Neusa Cadore, Niltinho, Olívia Santana, Pablo Roberto, Pancadinha, Patrick Lopes, Pedro Tavares, Penalva, Raimundinho da JR, Ricardo Rodrigues, Roberto Carlos, Robinson Almeida, Rogério Andrade, Rosemberg Pinto, Samuel Júnior, Sandro Régis, Soane Galvão, Tiago Correia, Vitor Azevedo, Vitor Bonfim, Zé Raimundo Fontes e Zó. (59)

O Sr. PRESIDENTE (Samuel Junior): Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

PEQUENO EXPEDIENTE

Gostaria de convidar o deputado Vitor Azevedo, terceiro-secretário, para fazer a leitura da ata.

O Sr. SEGUNDO-SECRETÁRIO ad hoc (Vitor Azevedo): Antes de passar ao Pequeno Expediente, gostaria de submeter ao Plenário as atas das seguintes sessões ordinárias: 34ª e 35ª, realizadas, respectivamente, em 12 e 17 de abril de 2023.

O Sr. PRESIDENTE (Samuel Junior): Em discussão as atas que acabam de ser lidas. (Pausa) Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que as aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa) Aprovadas.

Solicito também ao terceiro-secretário, deputado Vitor Azevedo, que leia o expediente despachado pela Presidência.

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(O Sr. Primeiro-Secretário ad hoc, Vitor Azevedo, procede à leitura do expediente.)

OFÍCIOS

Do Deputado Cafú Barreto comunicando que, devido a compromissos assumidos no cumprimento do mandato parlamentar, esteve ausente nas Sessões dos dias 03 e 10/04/2023.

Do Deputado Patrick Lopes comunicando que, devido a compromissos assumidos nos Municípios de Aiquara, Jitaúna, Lafaiete Coutinho e Jequié, esteve ausente nas Sessões dos dias 10 e 13/04/2023.

Do Deputado Robinson Almeida comunicando que, devido a compromissos assumidos no interior do Estado e com o Governador Jerônimo Rodrigues, esteve ausente nas Sessões dos dias 16/03/2023, 20/03/2023 e 05/04/2023.

Do Deputado Hilton Coelho comunicando que, devido ao cumprimento de agenda parlamentar no Encontro Nacional dos Parlamentares Negras e Negros em Brasília, esteve ausente na Sessão do dia 12/04/2023.

O Sr. PRESIDENTE (Samuel Junior): O.k.

Muito obrigado, deputado Vitor.

O Sr. PRESIDENTE (Samuel Junior): Com a palavra o deputado Euclides Fernandes. V. Ex.^a dispõe de até 5 minutos. **(Oradores inscritos)**

O Sr. EUCLIDES FERNANDES: Sr. Presidente, deputado estadual Samuel, Srs. Deputados, nossa presença hoje aqui na tribuna desta Casa das Leis tem como pauta o aumento do funcionalismo público do estado da Bahia. Nós tivemos uma defasagem total da remuneração dos Srs. Funcionários, tanto servidores ativos como também os inativos, no governo de Rui Costa, nos dois governos propriamente ditos. Houve o aumento de 4%, que a inflação já comeu há muito tempo, e está havendo uma defasagem muito grande no salário dos servidores públicos do estado da Bahia.

Também, Sr. Presidente, sobre os cargos comissionados, o que nós temos aí, na verdade, na realidade, nas estruturas dos cargos comissionados do estado da Bahia, DAI-4, DAI-5 e DAI-6 são salários tão insignificantes que é totalmente impossível que o servidor público que está nesses cargos possa ter a manutenção da sobrevivência, sua e de sua família, de maneira adequada.

Então, Sr. Presidente, Samuel, Srs. Deputados, líder do Governo, Rosemberg Pinto, atuante líder do Governo, porta-voz da Bancada do Governo junto ao governo do estado, faz-se necessário, evidentemente, dar um meio para que o governador possa parar um instante e realmente atender às necessidades do povo da sociedade baiana. E, dentro desse contexto, uma das pautas que deve ser colocada é exatamente a do aumento da remuneração dos servidores públicos, tanto da ativa, como os inativos e os cargos comissionados, dando uma condição melhor aos Srs. Funcionários.

Também, Sr. Presidente, Samuel, e Sr. Vice-Presidente, o nosso querido amigo de Vitória da Conquista, Zé Raimundo, há a problemática das emendas impositivas. Há anúncios e mais anúncios de que vão liberar essas emendas impositivas e, infelizmente, ficam só em anúncios.

Nós temos emendas acumuladas de vários anos, emendas dos 63 Srs. Deputados. Conforme a ordem jurídica do estado da Bahia, de acordo com a Constituição Estadual, todos os 63 deputados designaram verbas de emendas impositivas para os municípios aos quais eles representam. E, infelizmente, a liberação dessas verbas anda a passos de cágado, passos lentos. É preciso, acima de tudo, Sr. Presidente, Samuel, Srs. Deputados, que seja feito o trabalho junto ao Poder Executivo, no sentido de promover, evidentemente, essa iniciativa de liberar as emendas impositivas dos Srs. Deputados, que foram colocadas e constam, não só no Orçamento deste ano, como nos orçamentos anteriores, mas que a quase totalidade não foi liberada pelo Executivo estadual.

É preciso, acima de tudo, Sr. Presidente e Sr. Rosemberg Pinto, líder do Governo, trabalharmos para que os Srs. Deputados, não só da Base do Governo, não, porque quando se fala em emenda impositiva, é para todos os 63 deputados. É um direito consagrado, um direito que está inserido na Constituição do Estado da Bahia, o direito dos Srs. Deputados de terem, anualmente, no Orçamento do estado, uma verba para que eles possam destinar aos municípios que eles representam e recebem a votação, garantindo as suas eleições.

Então, Sr. Presidente e Srs. Deputados, são estas duas pautas que eu...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) trago aqui hoje a esta Casa das Leis: o aumento da remuneração dos servidores públicos ativos, inativos e comissionados; e a problemática, evidentemente, das emendas impositivas que têm de ser liberadas porque são direito consagrado do deputado estadual, inserido na Constituição do Estado da Bahia.

O Sr. PRESIDENTE (Samuel Junior): O.k., deputado Euclides.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Samuel Junior): Com a palavra o deputado Eures Ribeiro. V. Ex.^a dispõe de até 5 minutos, deputado.

O Sr. EURES RIBEIRO: Sr. Presidente, distinta Mesa Diretora, para mim, é uma honra poder usar a tribuna desta Casa Legislativa, nesta tarde, depois de ter, há 10 anos, o mandato como deputado aqui e ser, automaticamente, interrompido, para assumir a prefeitura da minha querida terra, Bom Jesus da Lapa.

Foram 8 anos como prefeito do município de Bom Jesus da Lapa, uma grande jornada, em que conseguimos, com muita determinação e coragem, mudar o rumo do destino da cidade das romarias da Bahia, a cidade que abriga a terceira maior romaria do Brasil, Bom Jesus da Lapa, minha terra. Estar como presidente da União dos Municípios da Bahia por 2 biênios, para mim, foi uma experiência muito grande. E poder voltar a esta Casa, depois de uma jornada tão grande, com mais de 81 mil votos, é uma honra muito grande, Sr. Presidente, nobres pares, poder voltar a esta Casa, depois de tanto tempo, depois de uma jornada como prefeito reeleito de Bom Jesus da Lapa, presidente da UPB e vice-presidente da Confederação Nacional de Municípios.

Mas eu observo, Sr. Presidente, muita mudança nesta Casa. Esta Casa não é mais a mesma em que nós vivíamos há 10 anos. Esta Casa precisa ser acendida novamente, esta Casa precisa pautar, principalmente, projetos de interesse, não só do governo do estado da Bahia – do qual sou aliado e defendo nosso governador –, mas projetos

também dos deputados estaduais. Esta Casa tem de voltar a votar matérias e discutir projetos de interesse dos nobres pares que compõem este egrégio Poder Legislativo.

Então, para mim, é uma honra voltar aqui, mas faço essa crítica construtiva. Vejo uma Casa muito diferente do que eu vi há 10, 12 anos atrás, quando aqui estive como deputado estadual. Esta Casa mudou e não mudou para melhor. Infelizmente, não posso dar esse relatório. Esta Casa tem de mudar, mudar de verdade, votar, não só matéria de interesse do governo do estado da Bahia, mas votar também projetos de interesse dos deputados e das deputadas. Projetos que há muito tempo se engavetam nesta Casa, sem sequer serem discutidos nas comissões, quanto mais virem para o Plenário desta Casa. É por isso que este Plenário só vive assim: vazio. E vai continuar vazio enquanto projetos e pautas de interesse da Bahia – que também saem dos parlamentares, dos deputados, independente de que bancada sejam ou de que partido sejam – não forem analisados por esta Casa. Aí, esta Casa, sim, vai voltar a ter o dinamismo de que eu sinto falta.

Há 12 anos, quando eu estive aqui, a maré era outra. Esta Casa discutia, debatia, o Plenário era cheio. O Plenário só fica vazio. Ora! Como é que não vai ficar vazio se não se discute absolutamente nada? Um Parlamento, para ser forte, tem de discutir as matérias, não só ficar esperando projetos do Executivo nesta Casa, mas também projetos dos deputados. Todos os deputados são legítimos aqui para apresentar suas matérias. O que não é legítimo é não discutir; o que não é legítimo é não votar e fazer desta Casa isto que está aqui: um verdadeiro paradeiro. E é assim em todas as sessões, uma após a outra, e assim será enquanto a pauta não for dirigida para discutir as matérias que são de interesse dos parlamentares. Esta Casa precisa retomar a sua autonomia de discutir os destinos deste estado, o destino da Bahia.

Então deixo aqui um abraço...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) a todos os deputados, na expectativa de que esta Casa volte a se movimentar. E, para se movimentar, o Plenário ficar cheio e os deputados quererem participar, tem de se discutir, sim, as matérias que são de interesse dos nobres pares desta Casa.

Um grande abraço! Que o Bom Jesus da Lapa e o Senhor do Bonfim protejam esta Casa hoje e sempre.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Samuel Junior): O.k., deputado Eures.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Samuel Junior): Com a palavra o deputado Matheus Ferreira. O deputado Matheus não está? Não está no Plenário, chamarei o próximo.

Com a palavra o deputado Leandro de Jesus. V. Ex.^a dispõe de até 5 minutos, deputado.

O Sr. LEANDRO DE JESUS: Muito boa tarde a todos. Cumprimento os nobres colegas, excelentíssimos presentes, na pessoa do presidente Samuel, que conduz esta sessão. Cumprimento também todos os servidores que aqui estão, bem como a imprensa que aqui acompanha este dia.

Bem, ontem, fui surpreendido com esta cesta que chegou ao meu gabinete. Como se sabe, ontem, houve um evento aqui com os sem-terra, do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Eles entregaram esta cesta, deputado Rosemberg, lá no meu gabinete, e eu, claro, vim aqui também, publicamente, agradecer. Obrigado pela lembrança. Obrigado!

Colegas, inclusive, quando eu vi esta farinha, lembrei-me, não tem como não rememorar a infância, ali, menino, no Beiru/Tancredo Neves, lugar que está tomado pela violência, infelizmente, em nossa capital baiana. Ali, menino, quando, muitas vezes, o meu pai acordava no dia, colegas, e não tinha um pacote de farinha deste daqui para os seus filhos. Mas ele saía de casa confiante, deputados, confiante de que iria trazer para casa a comida de cada dia.

Mas vale a pena destacar aqui uma coisa que o meu pai me ensinou, deputados, colegas, Excelência. Mesmo em meio às maiores dificuldades, quando não tinha nada em casa, meu pai me dizia o seguinte, ele falava: “Olha, meu filho, não queira nada de ninguém, não tome nada de ninguém. E vou além, se você chegar em casa com alguma coisa que não é sua e que não te deram, você vai tomar uma correção.”

E aqui fica o meu agradecimento. Obrigado! Mas continuo a reafirmar: mesmo diante deste presente, nós não podemos coadunar com a invasão do que é dos outros. Obrigado ao Movimento Sem Terra pelo presente, mas sigo não concordando com a invasão de terras e não vou concordar. Eu concordo com a reforma agrária conforme a lei prevê. Mas invasão, violência, tomar o que é dos outros, não! Não! Está errado.

Se nós tivermos a possibilidade, assim como o governo Jair Messias Bolsonaro, Samuca, que foi aquele que mais entregou títulos de terras, inclusive, beneficiando mulheres para proteger a família – os títulos de terra vinham em nome das mulheres – , se nós pudermos avançar dessa forma, para que aqueles que querem terra possam tê-la e produzir conforme a lei prevê, o.k., eu aprovo. Mas invadir terra alheia, não. Violência, não! Respeitem a propriedade alheia.

Vale aqui destacar que esses que estão hoje nas mais variadas regiões do nosso estado da Bahia, produtores que estão sofrendo a violência dessas invasões são famílias! São produtores que são formados por famílias que devem ser respeitadas, mulheres e crianças.

Então, eu volto aqui a reforçar, inclusive, a importância da nossa CPI, que está na Procuradoria para emitir um parecer. Volto a destacar que nós não estamos tratando de reforma agrária, estamos, sim, falando de invasões criminosas e violentas que repercutem na esfera...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) da segurança pública, na esfera econômica e social, que são de interesse do estado, ou seja, de interesse do governo do estado. Portanto, nós não aceitaremos nada diferente do que um parecer favorável e que essa CPI seja instalada para investigar essas ações criminosas. Obrigado pela cesta, mas invasão zero. Invasão zero; CPI, sim.

Muito obrigado.

O Sr. PRESIDENTE (Samuel Junior): O.k., deputado Leandro.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Samuel Junior): Com a palavra o vice-presidente desta Casa, meu amigo e professor José Raimundo, governador da Região Sudoeste.

O Sr. ZÉ RAIMUNDO FONTES: Colegas deputados e deputadas, a imprensa, os presentes nas Galerias Paulo Jackson, os que nos assistem pela TV ALBA e pelas redes sociais.

Sr. Presidente, eu uso a palavra, no Pequeno Expediente, nesta tribuna, para tratar de dois assuntos breves. O primeiro é a presença do presidente Lula na China, também, anteriormente, do nosso governador Jerônimo, que o acompanhou e prolongou a sua permanência na China para voltar com o presidente Lula e ainda passar pelo Oriente Médio. E aí, é bom lembrar que, antes de ir para a China, o Lula esteve nos Estados Unidos. De lá, recebeu uma sinalização de apoio dos americanos de US\$ 60 milhões. US\$ 60 milhões para tratar do meio ambiente. Naquele mesmo momento, parte da União Europeia, especialmente a Noruega, a Suécia, a Alemanha e os países social-democratas, já tinha sinalizado algo em torno de R\$ 4 bilhões a R\$ 5 bilhões. E o Lula volta da China com uma carteira, com uma agenda de investimentos, de bilhões de reais, volta do Oriente Médio com bilhões de reais. Quando Lula diz que a União Europeia e os Estados Unidos são também partes do conflito entre a Rússia e a Ucrânia, é porque aqueles países estão fornecendo armas, e na origem, todos sabem, a expansão da Otan vem ocorrendo após a queda do Muro de Berlim e da crise do chamado modelo do socialismo real.

E a pergunta é: ora, se não há mais comunismo, por que a Otan está, de certa maneira, cercando a Rússia? É claro que os russos, desconfiados, ficaram preocupados. E a China, que tem o projeto da Trilha da Seda, são 11.000 quilômetros de ferrovias que saem de lá da Mandchúria, desce até o Mar Negro e deságua ali no Mediterrâneo, também está preocupada. Evidentemente, o Brasil faz parte, junto com a Índia e a África do Sul, do Brics, e, naturalmente, a declaração do Lula não foi nada de provocação. O que o Lula lembrou é que o Brasil precisa ser reinserido no mercado mundial com altivez e com autonomia. Por isso, não entendo essa grita de parte da imprensa e dos próprios Estados Unidos e da União Europeia.

Esse é um assunto, Sr. Presidente, vamos debater isso aí.

A outra coisa é que, em 17 de abril, se relembra, se rememora o fato de companheiros terem sido assassinados no Eldorado dos Carajás. Aí é muito importante essa fala do colega que me antecedeu, dizendo que é a favor, recebeu muito bem a cesta do MST, e é contra as invasões. Olha, o que nós queremos, de fato, é a reforma agrária.

A CPI, vamos discutir, decorre da liberdade do Parlamento, tem aí a Mesa Diretora, mas, de fato, o que precisa de uma CPI, neste Brasil, é o latifúndio. A Bahia conheceu os dois maiores latifundiários da história do mundo! O Garcia d'Ávila chegou a ter 800 mil quilômetros quadrados... O Garcia d'Ávila! O Guedes de Brito... A fazenda dele saía daqui do litoral e chegava no Rio das Velhas, 700 léguas, 4.700 quilômetros! O maior latifundiário do mundo foi da Bahia, o Garcia d'Ávila.

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

E o que nós vemos hoje, na luta dos trabalhadores rurais, é remanescente dessa história perversa. O país com a maior desigualdade do mundo ainda faz parte da nossa história, o Brasil está entre eles, não é o maior, mas está entre eles.

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

Por isso, o debate é: como distribuir renda? E a reforma agrária, a produção da pequena agricultura, é fundamental, meus amigos e minhas amigas! Por isso, as minhas homenagens à memória dos trabalhadores rurais do MST que foram barbaramente assassinados no dia 19 de julho. Por isso, o MST está nas ruas clamando pelo apoio do povo brasileiro para uma reforma agrária justa e democrática.

Muito obrigado, Sr. Presidente, pela tolerância.

O Sr. PRESIDENTE (Samuel Junior): O senhor tem total crédito, meu caro professor Zé Raimundo.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Samuel Junior): Com a palavra o deputado Júnior Nascimento. (Silêncio)

Com a palavra o deputado Raimundinho da JR. V. Ex.^a dispõe de até 5 minutos, deputado.

O Sr. RAIMUNDINHO DA JR: Boa tarde, Sr. Presidente, nobres colegas, toda a equipe que compõe esta Casa. Eu quero aqui, hoje, Sr. Presidente... O nobre deputado Zé Raimundo, há poucos instantes, falava da minha querida Dias d'Ávila. Ele falou que Garcia d'Ávila foi uma fazenda com milhões de quilômetros no estado da Bahia, e eu venho hoje a esta tribuna, Sr. Presidente, falar exatamente da minha querida cidade de Dias d'Ávila. Dias d'Ávila é um território que foi muito mal dividido, a cidade de Dias d'Ávila só herdou a descarga da poluição do Polo Petroquímico.

É inadmissível, a cidade de Dias d'Ávila, hoje, tem diversas indústrias em seu território, e quem goza de todos os dividendos é a cidade de Camaçari. Nós temos a Bahia Pulp, que é uma indústria de celulose instalada territorialmente no município de Dias d'Ávila, mas só recebemos de Camaçari a descarga do mau cheiro que é produzido nessa indústria.

As outras empresas que nós temos em Dias d'Ávila... Por exemplo, o Bahia está instalado no município de Camaçari, todo o acesso é pela cidade Dias d'Ávila, mas ninguém sabe que aquilo ali é Dias d'Ávila. E a gente fica horrorizado ao ver tantas desigualdades na cidade de Dias d'Ávila.

Então, eu gostaria de provocar essa reflexão, que nós tenhamos uma demarcação correta. Em Dias d'Ávila, nós não temos uma praia, é um município que foi muito mal dividido em relação à cidade de Camaçari.

Então, hoje, sou morador de Dias d'Ávila, preciso olhar para o meu povo e dizer que Camaçari é uma cidade que sempre está em crescimento, Camaçari é uma cidade que desenvolve, hoje, milhões e milhões da infraestrutura que chega a ela. É tanto que o povo de Camaçari está querendo subdividir Camaçari, de tão grande que ela é. Estão querendo dividir Camaçari com Abrantes, dividir para criar outra cidade.

E por que não devolver o que é, de fato e de direito, do município de Dias d'Ávila? A gente só recebe... As indústrias que estão situadas no município de Dias d'Ávila apanham toda nossa riqueza, que são as águas de Dias d'Ávila, para fornecer àquelas indústrias vizinhas, e nós ficamos olhando de que forma somos tratados na cidade de Dias d'Ávila.

Hoje precisamos, com urgência, fazer uma demarcação que seja plausível, que seja coerente com o que foi demarcado naquele momento. Hoje, se chegarmos em Dias d'Ávila, a demarcação estará bem visível. Nós precisamos ter um olhar especial para que possamos buscar mais para aquele município, buscar o que é de fato e de direito, não ficar só com as descargas da poluição que recebemos tanto da Bahia Pulp quanto da Bahia Cellulose, que estão ali ao lado.

E, assim por diante, a gente vê diversas empresas... Hoje, as pessoas chegam em Dias d'Ávila – de um lado, fica Dias d'Ávila; do outro lado, Camaçari –, mas o prefeito de Camaçari não está nem aí para quem está invadindo aquelas áreas, que são do município de Camaçari, mas estão muito afastadas dos olhares de Camaçari.

Eu gostaria de, nesta Casa, hoje, abrir um diálogo com as pessoas que têm o compromisso de fazer amanhã...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) a demarcação que Dias d'Ávila precisa.

Então, fica aqui o meu pedido para que esta Casa olhe e para que a gente busque esse entendimento com Camaçari e com o governo do estado, que a gente possa olhar para uma Dias d'Ávila melhor.

Ademais, agradecer a presença de todos vocês, e um abraço a todos.

O Sr. PRESIDENTE (Samuel Junior): O.k., deputado Raimundo.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Samuel Junior): Com a palavra o deputado Alan Sanches. Deputado Alan, V. Ex.^a dispõe de até 5 minutos, deputado.

O Sr. ALAN SANCHES: Obrigado, Excelência.

Queria saudar os companheiros da Casa, as pessoas que estão nos assistindo, na verdade, queridos amigos, cansei de ser “Alanzinho, o paz e amor”, agora tem que voltar o “Alan Sanches, o terror”. Deu até rima, não é, deputado Robinson?

Mas, na verdade, é impossível, é impossível que esta Casa continue calada depois de 100 dias. Apresentavam-se os 100 dias do governador Jerônimo, e todos na expectativa de que o que foi prometido durante a campanha iria ser solucionado.

Eu, durante muito tempo, preferi ficar calado, calado, respeitando as urnas, porque 4,4 milhões de pessoas, aproximadamente, escolheram esse lado. Mas eu digo: será que hoje escolheriam de novo? Será que a gente vai ter que se acostumar com essa insegurança? As pessoas agora não podem andar nas próprias ruas, deputado Samuel. O que nós estamos vendo em Sussuarana, em Tancredo Neves? Isso é um absurdo! E onde estava o nosso governador?

Eu, com uma expectativa enorme, governador Jerônimo... eu, com uma expectativa enorme de mudança, e onde estava o governador? Onde tem uma palavra do governador para auxiliar essas pessoas de Tancredo Neves, de Sussuarana? Onde estava?! Na China. Importante demais estar na China. Efetivamente, o que ele trouxe para os baianos? Conversas, conversas e conversas.

Será que ele precisaria ficar 18 dias, nos primeiros 100 dias, fora da cidade para poder ter conversa com chinês? Não precisava, deputado Hilton! Durante a pandemia,

a gente aprendeu a fazer videoconferência pelo Zoom, mas não, ele tinha de viajar! E o que ele trouxe para a Bahia, gente? Absolutamente nada, deputado Rosemberg.

Não é possível! Não é possível que esta Casa se cale quando nós estamos sendo aterrorizados por bandido com arma em punho no peito de todos nós. Todos os dias, de manhã cedo, no jornal, você observa: “Tal lugar foi invadido”, “Seis viaturas, sete...” Meu Deus! Qual é o planejamento da segurança pública que nós temos na Bahia? Nenhum. E eu não estou falando, botando em CPF de absolutamente ninguém, mas esta Casa tem que se levantar, não pode mais ficar submissa!

Eu podia virar completamente o jogo e falar agora da saúde. Que saúde, meu Deus? Que saúde nós temos agora na Bahia? Deputado Rosemberg, não é possível que todos aqui, agora, são filas da regulação. Agora quem coordena a regulação aqui é deputado, é radialista, é televisão porque a fila da regulação não funciona, não há novidade, não tem planejamento, a secretária de Saúde não trouxe absolutamente nada para a nossa Bahia como solução.

Eu quero que me diga, depois de cento e tantos dias, o que aconteceu na regulação. Piora! Piora! São amigos nossos sofrendo, padecendo e morrendo porque o governo não apresentou um planejamento. Para jogar uma cortina de fumaça em tudo que eu estou falando, aí virá o deputado Rosemberg, grande amigo, dizer o seguinte: “Nós temos agora a campanha Bahia Sem Fome”. Todos os 63 deputados aqui, eu falo com autorização de todos porque tenho certeza de que estarão de mãos dadas no combate a essa pandemia maldita que é a fome. Mas a Oposição...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

O Sr. ALAN SANCHES: (...) apresentou o que todos nós e a Bahia queremos saber: onde está esse programa? Qual a dotação orçamentária desse programa? Quem está pagando esses outdoors? Quem está pressionando todos os empresários a trazerem carretas de alimentos, cestas básicas? O que nós estamos querendo é ajudar. Qual a conta bancária desse programa, deputado Robinson? Porque eu quero doar!...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

O Sr. ALAN SANCHES: (...) Não tem! Que campanha é essa que você não sabe quem é o responsável? É botar uma camisa bonita, dar as mãos e dizer “vamos combater a fome”? Não! Eu não estou falando da pessoa Márcio Oliveira, eu não estou falando do Alan Sanches...

O Sr. PRESIDENTE (Samuel Junior): Para concluir, deputado Alan.

O Sr. ALAN SANCHES: (...) Eu estou falando de um programa de estado, um programa de governo que é só fumaça. Tenho certeza de que, a partir do momento que responderem à indagação da Oposição “onde está esse programa?”,...

O Sr. PRESIDENTE (Samuel Junior): Para concluir, deputado Alan.

O Sr. ALAN SANCHES: (...) eu estarei aqui trazendo a transparência para vocês.

Obrigado pela sua tolerância, nosso nobre deputado Samuel.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Samuel Junior): Com a palavra o deputado Marcinho. V. Ex.^a dispõe de até 5 minutos.

Quero aproveitar também, aqui, registrar a presença do meu amigo deputado Roberto Carlos, que hoje está ficando mais novo, está até com o bigodinho mais aparadinho. Parabéns, Roberto.

Em tempo, também agradecer aos colegas que ontem me parabenizaram pelo meu dia. Deus abençoe todos vocês!

Deputado Marcinho.

O Sr. MARCINHO OLIVEIRA: Sr. Presidente, nobres colegas deputados, colegas deputadas aqui presentes, saudar todos da imprensa, saudar todos que nos assistem das galerias. Sr. Presidente, o senhor falou do seu aniversário, que foi ontem, e temos de parabenizá-lo por também ter você aqui, entre nós, você que é um conselheiro, esse deputado que sempre está perto para nos orientar, é sempre bom poder ouvir as suas mensagens. Parabéns, felicidades, que Deus continue iluminando o seu caminho sempre.

Parabenizar nosso amigo Roberto Carlos também, aniversariante do dia.

Mas, Sr. Presidente, venho a esta tribuna hoje para parabenizar o Tribunal de Justiça porque a minha cidade natal, Santaluz, estava há quase 1 década sem juiz titular, deputado Felipe Duarte. Estava há quase 10 anos sem juiz, e foi nomeado ontem o Dr. Joel Firmino do Nascimento Júnior como o juiz da Comarca de Santaluz.

Mas lá nós precisamos ainda de mais, nós precisamos elevar a Comarca de Santaluz a uma comarca intermediária. Pasmem, Srs. Deputados! Pasmem, Sr. Deputado Pablo, em menos de 90 dias, a cidade já tem mais de 800 processos com entrada dada naquela comarca, Vitor Azevedo, uma marca que era para ser anual, em números de relevância, se comparada à das cidades circunvizinhas.

Então, hoje já protocolei a indicação para a elevação dessa comarca, para que a Justiça tenha um atendimento ainda melhor. Que se faça também, que se leve o Tribunal de Justiça, com um posto avançado, ao distrito de Pereira, que fica a 60 quilômetros da sede do município, para poder ajudar ainda mais a população na consulta dos processos, que é feita de forma online, mas os trabalhadores rurais ainda têm dificuldades no acesso via internet e via sistema.

Então, Sr. Presidente, essa indicação foi feita hoje. Espero que, em breve, com fé em Deus, a comarca seja elevada, e tenhamos também o posto de atendimento avançado do Tribunal de Justiça lá em Santaluz.

Muito obrigado.

O Sr. PRESIDENTE (Samuel Junior): O.k., deputado Marcinho.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Samuel Junior): Gostaria de, com muito carinho, informar aqui sobre a visita dos alunos da Escola Municipal de Vida Nova, lá do município de Lauro de Freitas. Sejam muito bem-vindos a esta Casa. (Palmas)

Com a palavra, agora, o deputado Pablo Roberto. V. Ex.^a dispõe de até 5 minutos.

O Sr. PABLO ROBERTO: Boa tarde, Sr. Presidente, Srs. e Sr.^{as} Deputadas, todos que nos acompanham das galerias, eu quero, caros deputados, relatar uma situação, deputado Hilton, que tem trazido grande transtorno à população de Feira de

Santana, sobretudo àquelas pessoas que dependem hoje dos serviços que são oferecidos, que são prestados por um dos cartórios de notas do nosso município, apenas dois.

Eu recebi aqui, no gabinete, semana passada, um grupo composto por pessoas que trabalham na cidade. Elas deixaram conosco uma correspondência. Hoje, eu faria a leitura dessa correspondência na Comissão de Constituição e Justiça que, infelizmente, não teve quórum, mas quero trazer a esta tribuna para que, inclusive, outros deputados possam se solidarizar também.

Nós já solicitamos uma audiência com o Tribunal de Justiça, com o Sr. Presidente, com o corregedor das comarcas do interior também, porque essa situação não pode, de forma alguma, continuar acontecendo.

Nos últimos 3 anos, mais de 60 empreendimentos foram lançados em Feira de Santana. Nós estamos falando de, aproximadamente, 18 mil moradias que estão sendo construídas, com prazo de entrega até o ano que vem. E nós temos... Por existirem, hoje, na cidade, apenas dois cartórios, somente um cartório, segundo o documento que nós recebemos, que é o do 1º Ofício, consegue ainda prestar um serviço à altura do que o povo de Feira de Santana precisa. O primeiro cartório cumpre as normativas, cumpre as orientações, o que determina a legislação vigente no país, as determinações e orientações do Tribunal de Justiça da Bahia, mas, infelizmente, o que acontece, o que vem ocorrendo no cartório de notas do 2º Ofício não corresponde. Ele não presta um bom serviço, não atende à população como deveria. Há uma protelação muito grande dos serviços que são prestados por aquele cartório.

Então, eu quero aproveitar, aqui, a oportunidade de hoje para solicitar providências ao Tribunal de Justiça da Bahia. Primeiro, dizer que nós já temos experiências no Brasil de cidades com a população muito parecida com a de Feira de Santana, com algo em torno de 650 a 700 mil habitantes, que já têm quatro cartórios como esse servindo à sua população. E Feira de Santana, apenas com dois.

Nós queremos solicitar, aqui, que o Tribunal de Justiça possa, através da Corregedoria das Comarcas do Interior, das pessoas no TJ que acompanham essa questão dos cartórios, diligenciar uma auditoria, uma visita, uma inspeção nos cartórios de Feira de Santana. Visitar o do 1º Ofício, visitar o do 2º Ofício, chamar essas pessoas para conversar, porque é inadmissível que as pessoas que dependem daquilo, que as empresas, que os empresários que dependem de ter a sua documentação analisada, registrada, cumprindo o prazo que a legislação determina...

Então, eu quero trazer essa situação aqui, hoje, porque tem causado um grande transtorno para a população de Feira de Santana. Eu tenho a certeza de que, a partir dessa notificação que nós faremos na próxima semana na CCJ, aqui na Casa, que essa audiência que nós teremos com a presidência do Tribunal de Justiça, com a Corregedoria das Comarcas do Interior, nós levaremos alternativas, buscando providências, porque o povo de Feira de Santana não merece, hoje, o tratamento que recebe, sobretudo do cartório do 2º Ofício.

Fica, aqui, a minha indignação, o meu repúdio, o meu protesto. Eu espero que, a partir desses encontros que estão para acontecer, essa realidade possa ser mudada de uma vez por todas.

Muito obrigado a todos.

O Sr. PRESIDENTE (Samuel Junior): O.k., deputado Pablo.
(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Samuel Junior): Com a palavra, agora, o deputado Vitor Bonfim. Deputado Vitor Bonfim não está presente?

O Sr. Vitor Bonfim (fora do microfone): Está, está!

O Sr. PRESIDENTE (Samuel Junior): Desculpe-me, deputado Vitor, não o tinha visto. V. Ex.^a dispõe de até 5 minutos.

O Sr. VITOR BONFIM: Boa tarde, Sr. Presidente, Sr.^{as} Deputadas, Srs. Deputados, subo à tribuna, na tarde de hoje, para trazer ao conhecimento dos nobres deputados e deputadas que compõem esta Casa Legislativa a realização, na manhã de hoje, da audiência pública para a apresentação do último quadrimestre do exercício financeiro do estado da Bahia do ano de 2022. Tivemos a presença do secretário da Fazenda Manoel Vitório, com toda a sua equipe, em nossa Comissão de Finanças, Orçamento, Fiscalização e Controle na manhã de hoje, quando pudemos ver os números do estado da Bahia. A gente percebe quão boa está a situação fiscal do nosso governo. Só para que os senhores e as senhoras possam ter uma ideia, no ano de 2022 o estado da Bahia conseguiu investir R\$ 10 bilhões e 200 milhões. Vou até repetir a cifra: R\$ 10 bilhões e 200 milhões foram investidos pelo nosso governo do estado da Bahia no ano de 2022. Um recorde histórico, superando mais que o dobro da média dos anos de 2021 e 2020, mostrando o êxito da gestão fiscal do nosso ex-governador, e atual ministro da Casa Civil, Rui Costa.

A gente percebe os avanços e consegue entender o esforço fiscal que foi feito lá atrás, desde 2015, até agora. Graças a esse esforço para otimizar, tornar a máquina pública mais eficiente, é que o governo conseguiu ter esses recursos para poder fazer esse investimento tão volumoso no ano de 2022. E, aqui, é importante a gente fazer um comparativo com outros estados da Federação. Nós, que somos a quarta ou quinta economia do país, conseguimos manter o segundo lugar em investimentos, tão somente atrás do estado de São Paulo, que supera, deputada Olívia, o orçamento do estado baiano em mais de cinco vezes. O orçamento do estado de São Paulo é maior que o orçamento do estado da Bahia. A gente vem mantendo o segundo lugar frente a outros estados importantes da nossa Federação, deputado Felipe, como o estado de Minas Gerais, o estado do Rio de Janeiro, o estado do Rio Grande do Sul. Esses investimentos têm mudado a vida dos baianos e das baianas para melhor.

Só na educação, vale destacar, deputada Olívia e deputado Hilton Coelho, foram investidos, no ano passado, R\$ 3,7 bilhões. Eu estou falando aqui de recursos que foram efetivamente liquidados.

Mantendo um alto um investimento também na saúde, com um investimento recorde na saúde de quase 15%. O investimento feito em saúde, no ano de 2022, foi de 14,73%. Isso mostra, realmente, o compromisso deste governo em fazer a interiorização da saúde, ou seja, em descentralizar, tirar de Salvador, da Região Metropolitana, o serviço de saúde, levando para o interior do estado a alta e a média complexidades. A gente percebe essa melhoria.

Podem ficar tranquilos todos vocês que, para este ano de 2023, o nível de investimento do governo do estado se manterá muito próximo, deputado Samuel Junior, a o que ocorreu no ano de 2022. Só para V. Ex.^{as} terem uma ideia, nesses 100 primeiros dias de ação do governo Jerônimo Rodrigues já foram investidos em infraestrutura em nosso estado R\$ 1,7 bilhão. É o maior volume de recursos investidos...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) em um período tão curto. Nenhum outro governador antes, nos seus 100 primeiros dias de gestão, conseguiu fazer um investimento dessa monta.

Então, mostra, realmente, o compromisso do governador Jerônimo, o ritmo que ele imprime em sua gestão. Ele, realmente, chegou chegando, mostrando que tem muita vontade, muita disposição, que o compromisso que fez, ao longo da campanha de 2022, com o povo da Bahia, ele vai cumprir integralmente.

Não tenha dúvida, Sr. Presidente.

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

O Sr. PRESIDENTE (Samuel Junior): Para concluir, deputado Vitor.

O Sr. VITOR BONFIM: Para concluir, Sr. Presidente.

Não tenham dúvidas de que, neste ano, o estado da Bahia vai, com todo o esforço que tem sido feito, manter o seu segundo lugar em nível de investimento.

Boa tarde! Muito obrigado, Sr. Presidente, por sua tolerância.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Samuel Junior): Com a palavra o deputado Tiago Correia. V. Ex.^a dispõe de até 5 minutos.

O Sr. TIAGO CORREIA: Boa tarde, Sr. Presidente, nobres colegas, senhores da imprensa que nos acompanham, servidores desta Casa, amigos que ocupam a tribuna.

Sr. Presidente, aproveito para complementar o discurso do nobre colega que me antecedeu e parabenizar o governo pelos investimentos realizados nesses 100 primeiros dias, e torcer para que esses investimentos tragam resultados e façam mudar os indicadores do nosso estado. Nós torcemos para que o governador Jerônimo consiga tirar a Bahia do último lugar da violência, do penúltimo lugar da educação, do primeiro lugar no desmatamento, do primeiro lugar em habitações em condições precárias, do maior número de analfabetos adultos do país. Que esses investimentos tragam esses resultados. A gente torce para que esses recursos públicos sejam investidos de maneira correta, de maneira séria, que tragam à população os benefícios tão esperados.

Mas, Sr. Presidente, subo a esta tribuna hoje para convidar toda a população baiana, porque não dizer, a brasileira, para uma das mais tradicionais festas do interior do nosso estado e que há muito tempo ficou sem acontecer: a Micareta de Vitória da Conquista, festa essa que projetou todo o nosso estado e o Carnaval fora de época para o país inteiro, sendo reconhecida como uma das maiores micaretas do Brasil, tendo a participação de diversos artistas do nosso estado, a exemplo de Ivete, Chiclete com Banana, Durval Lelys, Timbalada, Olodum... Enfim, poderia aqui passar a tarde dizendo quantos artistas se projetaram em Conquista.

Convidar toda a população para, nos próximos dia 21, sexta-feira, e 22, participar dessa festa belíssima, encabeçada por Pedro Alexandre, o Marcinha, que foi, talvez, o idealizador anos atrás da Micareta de Conquista e que, de uma maneira muito corajosa e firme, traz de novo essa festa de maneira, que eu diria, novamente embrionária, mas que, com certeza, produzirá bons frutos e Conquista voltará a ter uma das maiores micaretas do Brasil.

Falando em Vitória da Conquista, não poderia deixar de parabenizar a nossa prefeita, amiga Scheila Lemos, que ontem inaugurou a primeira clínica veterinária pública do estado da Bahia, que é o Centro de Apoio à Saúde Animal - Casa. Não há nenhum outro. A primeira clínica pública do estado da Bahia vai atender animais de segunda a sábado, levando àquele município o respeito que os animais precisam. E já anunciou que também está em processo licitatório um castramóvel, que vai atender a toda a cidade de Vitória da Conquista. Então, eu queria parabenizar a prefeita por sua sensibilidade à frente da gestão, uma mulher que vem mostrando que pode fazer a diferença.

É isso que eu trago, Sr. Presidente. Muito obrigado.

O Sr. PRESIDENTE (Samuel Junior): O.k., deputado Tiago.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Samuel Junior): Com a palavra a deputada Olívia Santana. V. Ex.^a dispõe de até 5 minutos. Em seguida, o último orador inscrito no Pequeno Expediente, deputado Rosemberg Pinto.

A Sr.^a OLÍVIA SANTANA: Sr. Presidente, colegas deputados e deputadas, eu subo, na verdade, a esta tribuna para aqui agradecer a visita ao vereador Vitor Fábio, de Canavieiras, uma cidade onde há uma atuação muito importante do nosso mandato na área do esporte, na área da economia solidária. E nós estamos, mais uma vez, deputado Rosemberg, endossando, reapresentando a indicação da construção da ponte... da estrada, melhor dizendo, Canavieiras-Belmonte, que é fundamental para a cidade e que o vereador Vitor Fábio tem reiteradas vezes feito esse trabalho. Portanto, fica, aqui, o nosso registro e o reconhecimento do empenho do vereador, eu que já fui vereadora, na luta para garantir que esta estrada possa sair do papel e virar uma realidade.

Segunda questão, Sr. Presidente, colegas deputados e deputadas, o nosso mandato apresentou a esta Casa uma indicação, projeto de indicação ao governo do estado da Bahia para que o Programa Bahia sem Fome possa também ser robustecido com uma série de outras políticas, outras estratégias que vão nos ajudar no enfrentamento à fome em nosso estado. Sabemos, estatisticamente, com base em dados do IBGE, que 62% da população baiana, infelizmente, ainda enfrenta situações de insegurança alimentar. Portanto, nós estamos falando da maioria da população. E não basta a intermediação das cestas de alimentos. Essa parte, esse aspecto do programa é fundamental e sei que o programa não é constituído apenas da intermediação das cestas de alimentos doadas por empresas e pela população, mas nós queremos também colaborar, contribuir com o programa.

Por isso, fizemos a apresentação de um projeto de indicação que propõe ao governo do estado a instituição de uma rede de restaurantes populares nos 27 territórios da Bahia – esses restaurantes populares são fundamentais como política pública estruturante, com investimento do estado, para garantir o enfrentamento à fome –, bem como o estímulo e fomento aos bancos de alimentos. Nós temos que ampliar a rede de bancos de alimentos na Bahia para que não haja desperdício. Que a campanha contra o desperdício também possa acontecer articulada com fomento aos bancos de alimentos. Onde sobra alimento, é preciso garantir que remanejem esses alimentos que sobram exatamente para os lugares onde não os têm.

É preciso que a fome se encontre com a oferta de alimentos. Portanto, esse é o terceiro eixo que entendemos que é fundamental que haja no Programa Bahia sem Fome.

Também propusemos a criação das hortas, as hortas escolares, como uma estratégia educacional de convivência solidária na escola e, ao mesmo tempo, de contribuição para que muitos espaços ociosos na escola possam ser utilizados como ambiente de plantio, de fazer horta, de garantir, portanto, que a rede de educação também possa plantar e colher alimentos, além das hortas comunitárias.

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

Há muito terreno, pequenos terrenos ociosos que podem ser aproveitados para a construção de hortas comunitárias nessa articulação mais ampla de estratégias de enfrentamento à fome na Bahia.

Então, fica, aqui, a contribuição do nosso mandato, presidente, para o Programa Bahia Sem Fome, pois eu desejo muito sucesso...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) e desenvolvimento sustentável para o nosso estado.

O Sr. PRESIDENTE (Samuel Junior): Para concluir, deputada Olívia.

A Sr.^a OLÍVIA SANTANA: Muito obrigada.

(Não foi revisto pela oradora.)

O Sr. Alan Sanches: Pela ordem, presidente?

O Sr. PRESIDENTE (Samuel Junior): Questão de ordem do deputado Alan.

O Sr. Alan Sanches: Na verdade, Sr. Presidente, eu estava observando aqui aos papéis e me dirigi novamente à mesa de apoio da Secretaria para confirmar se o Pequeno Expediente terminaria às 15h30min. Esperei a deputada Olívia terminar sua fala para não ser descortês, mas o Pequeno Expediente nesta Casa se encerra às 15h30min. A partir daí, nós vamos entrar no Grande Expediente. Hoje o Grande Expediente é do Partido dos Trabalhadores, que terá seus 25 minutos para contextualizar, apresentar o que desejar. Depois disso, nós teremos os tempos partidários. A Bancada da Oposição aqui está querendo debater, discutir, falar sobre os projetos de deputados. Então, por isso, eu gostaria de que V. Ex.^a finalizasse o Pequeno Expediente, que seria às 15h30min, para que a gente entrasse no Grande Expediente.

O Sr. Rosemberg Pinto: Pela ordem, Sr. Presidente?

O Sr. PRESIDENTE (Samuel Junior): Pela ordem o deputado Rosemberg.

O Sr. Rosemberg Pinto: Sr. Presidente, já que está encerrando o Pequeno Expediente, eu quero pedir uma verificação de quórum, porque eu não gostaria de usar o Grande Expediente, que cabe ao PT, porque, presidente, hoje, nesta Casa, aconteceu a presença do secretário Manoel Vitório, que trouxe aqui informações...

O Sr. PRESIDENTE (Samuel Junior): Encaminhe a questão de ordem, deputado Rosemberg.

O Sr. Rosemberg Pinto: Vou encaminhar a questão de ordem. Eu tenho 5 minutos para encaminhar, são 5 minutos para encaminhar a questão de ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Samuel Junior): Não, porque o deputado Alan só pediu que a gente, de fato, encerrasse o Pequeno Expediente para entrarmos no Grande Expediente. Para dar início ao Grande Expediente, como V. Ex.^a pediu uma questão de ordem, eu gostaria só de que V. Ex.^a encaminhasse, porque eu encerro o Pequeno Expediente e a gente já entra...

O Sr. Rosemberg Pinto: Eu quero pedir uma verificação de quórum para a continuidade da sessão.

O Sr. PRESIDENTE (Samuel Junior): Pronto.

Há um pedido de verificação de quórum do deputado Rosemberg para a continuidade da presente sessão.

O Sr. Vitor Bonfim: Sr. Presidente!

O Sr. Dr. Diego Castro: Presidente, questão de ordem, presidente!

O Sr. PRESIDENTE (Samuel Junior): Pela ordem o deputado Vitor, que pediu primeiro ali. Deputado Vitor.

O Sr. Vitor Bonfim: Sr. Presidente, que V. Ex.^a zere o painel e marque o tempo de 15 minutos para que os deputados que estão nas dependências desta Casa possam regressar ao Plenário.

O Sr. PRESIDENTE (Samuel Junior): V. Ex.^a será atendido.

Há um pedido de verificação de quórum do deputado Rosemberg. O deputado Vitor solicita, também, uma questão de ordem.

Solicito zerar o painel e começar a contagem dos 15 minutos. Com o painel zerado, começar a verificação de quórum.

O Sr. Rosemberg Pinto: Vá, Diego!

O Sr. PRESIDENTE (Samuel Junior): Um momentinho, deputado Diego. Porque já vai zerar o painel. Então V. Ex.^a já vai falar dentro do tempo de 15 minutos, já estabelecido.

Solicito ao deputado Rosemberg marcar a sua presença.

Srs. Deputados, há um pedido de verificação de quórum. Gostaria que todos os deputados presentes marcassem as suas presenças. Os deputados que estão nos gabinetes e nas dependências da Casa compareçam ao Plenário. Inclusive, solicito à Secretaria da Mesa que a presença seja, apenas, no Plenário.

Com a palavra o deputado Diego. Deputado Diego, questão de ordem.

O Sr. Dr. Diego Castro: Sr. Presidente, esta questão de ordem na marcação dos 15 minutos, puder conceder o encaminhamento...

O Sr. PRESIDENTE (Samuel Junior): Não. Já está, deputado, nos 15 minutos do encaminhamento do painel zerado.

O Sr. Dr. Diego Castro: Pronto.

O Sr. PRESIDENTE (Samuel Junior): V. Ex.^a encaminhe a sua questão de ordem e fale.

O Sr. Dr. Diego Castro: Sr. Presidente, eu queria tratar de uma pauta que versa sobre a defesa da propriedade rural. Muito tem se falado... Não tive a oportunidade de abordar esta questão, mas muito tem se falado sobre invasão de terra. Houve, inclusive, anuência do próprio governo estadual em relação à questão das invasões de propriedade. O secretário de Justiça, o Felipe, ele reconheceu, de forma, eu digo, anuente, que, segundo ele, o direito de invasões de propriedades é um direito legítimo.

Então, na contramão disso, Sr. Presidente, assim como o governo estadual, por meio da Secretaria de Justiça, com as palavras do próprio secretário, ele reconheceu essa questão. Eu encaminho, presidente, através desta Casa, o indicativo para que o governo proceda com acolhimento do Junho Verde, que é o mês de conscientização em defesa da propriedade rural.

Em contraponto, há a questão das invasões de terras, porque, assim como o direito, segundo eles, há o relativismo quanto ao direito de propriedade, existe, também, o direito fundamental à manutenção da propriedade.

Gostaria de chamar a atenção que esta é uma questão de segurança pública. Então, é dever do estado. Então, mais do que nunca, esta matéria tem de ser discutida nesta Casa com abertura da CPI, e não, na contramão disso, jogar a discussão para uma possível questão de reforma agrária que versaria e transladaria a matéria em status federal.

O Sr. José de Arimateia: Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Samuel Junior): O.k., deputado Diego.

Srs. Deputados, há um pedido de verificação de quórum no Plenário!

Solicito aos Srs. Deputados, presentes na Casa, nos seus gabinetes ou em quaisquer dependências desta Casa, o comparecimento ao Plenário para dar presença.

Com a palavra o deputado José de Arimateia.

O Sr. José de Arimateia: Sr. Presidente, eu gostaria de deixar registrado que, no dia 11 de maio, nós vamos estar instaurando a Frente Parlamentar em Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa.

Eu gostaria que os Srs. Deputados, inclusive, vai ser no Plenário desta Casa...

O Sr. Hilton Coelho: Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. José de Arimateia: (...) vai ser de suma importância a instalação dessa frente.

Aqui, quero agradecer aos deputados que assinaram esta frente. Como V. Ex.^a sabe, precisa-se de um número mínimo de assinaturas. Inclusive, V. Ex.^a e outros deputados, também, assinaram. Tantos outros deputados poderão, também, participar dessa frente como, também, a sociedade civil organizada.

Nós estaremos fazendo este ato numa sessão de posse, no Plenário desta Casa. Temos a certeza de que, depois dessa frente parlamentar instaurada, nós estaremos buscando e pleiteando aquilo que o idoso precisa.

Nós vamos estar lutando para que os municípios, ainda não possuidores desse Conselho Municipal do Idoso, instalem, também, esta instituição. Há a discussão do

Fundo Municipal do Idoso. Nós sabemos que a população idosa está crescendo e vai crescer. Nós precisamos garantir, Sr. Presidente, para os idosos, um futuro melhor com hospitais públicos construídos, centros de convivência.

E quem não quer chegar à terceira idade? Inclusive, eu já cheguei.

Então era isso, Sr. Presidente, que eu gostaria de deixar registrado.

O Sr. PRESIDENTE (Samuel Junior): O.k., deputado Arimateia.

Com a palavra deputado Hilton Coelho.

Srs. Deputados que estejam em seus gabinetes ou nas dependências da Casa compareçam ao Plenário para marcar as suas presenças. Há um pedido de verificação de quórum.

Com a palavra deputado Hilton Coelho.

O Sr. Hilton Coelho: Sr. Presidente, eu queria registrar a importância da realização, hoje pela manhã, da audiência pública sobre o caso de Boipeba. Foi uma audiência pública muito participativa, com as presenças de diversas comunidades, deputado Fabrício Falcão, que deram suas opiniões, sobretudo, com a leitura das universidades, com a leitura técnica do Ministério Público Federal.

Algo muito evidente, ao final dessa audiência pública, é que existe um fato incontornável, qual seja, todos os elementos de estudo daquele território evidenciam que o terreno em questão não é de propriedade daquela empresa, que quer impor o empreendimento.

Para nós, foi muito importante que esses elementos tivessem vindo à tona, porque é o pecado capital do licenciamento do Inema. O Inema esteve na roda, apesar de os deputados chegarem, lá, com um discurso eloquente em defesa do Inema.

Mas esse é um licenciamento que não vem sendo defendido por ninguém. Digo isso porque, tecnicamente, está evidenciado... Foi falado da Secretaria de Patrimônio da União, que a secretaria tinha feito um pedido em relação ao dado de propriedade ou não por parte do grupo econômico. Isso não é verdade.

Nós temos uma declaração pública, numa reunião que foi pública na região de Boipeba, onde a representação da secretaria diz, de maneira incontestável e incontornável, o seguinte: o território é de propriedade da União. Portanto, qualquer manejo daquele território passa, necessariamente, por uma discussão aberta e democrática com as comunidades tradicionais que, ali, estão.

E eu fico muito impressionado, porque teve deputado que chegou a essa audiência pública, deputado Fabrício, para falar sobre a propriedade privada, de um terreno que é, nitidamente, um terreno grilado. E, agora, vem propor CPI do MST.

Eu quero ver esse mesmo deputado ter a coragem de assinar a CPI que nós propusemos, que é a CPI das terras griladas, terras públicas griladas pelo latifúndio na Bahia. Esse é o verdadeiro crime fundiário no estado da Bahia, não a tentativa de estigmatizar o MST que só tem dado uma contribuição tão importante para o debate sobre a reforma agrária, sobre a questão fundiária, não apenas na Bahia, mas no Brasil, como uma referência mundial.

Então, tenham coragem! Espero que o deputado que me antecedeu tenha a coragem e a hombridade. Se não tem medo de discutir a situação do latifúndio na Bahia,

assine a CPI. Vamos ver de quem são aquelas terras, lá, do Oeste baiano. Aliás, a Operação Faroeste já deu um indício muito forte do que representou aquilo.

Mas não é só no Oeste baiano, não, há grilagens de terras na Chapada Diamantina, no Recôncavo Baiano, no Sul da Bahia. É tudo grilagem do grande latifúndio. Para isso, não se fala em grilagem de terra. Só se quer estigmatizar o MST. No entanto, esse é um movimento que só tem contribuído, não apenas para o debate da questão agrária no Brasil, mas a discussão sobre um modelo de desenvolvimento que, realmente, distribua renda e riqueza.

Ontem, nós tivemos, na sessão promovida pela deputada Fátima Nunes, só para concluir, Sr. Presidente, uma audiência maravilhosa, inclusive, com vários deputados, lá, presentes. Nós tivemos, também, acesso à cesta oferecida pelo MST. É a demonstração do que produz o movimento de luta pela terra, pois produz o café, produz o açúcar, produz o suco. Isso é a prova como o nosso povo pode produzir se nós tivermos, realmente, a reforma agrária, sob o controle dos trabalhadores.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. Rosenberg Pinto: Pela ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Samuel Júnior): O.k., deputado Hilton.

Sr.^{as} e Srs. Deputados que estão presentes na Assembleia, nos gabinetes ou nas dependências, há um pedido de verificação de quórum para continuidade da presente sessão.

Com a palavra o deputado Rosenberg Pinto.

O Sr. Rosenberg Pinto: Presidente, aproveito este momento para refletir. Primeiro, quanto a essa última parte da fala do deputado Hilton, eu tenho plena concordância. Há um debate fantasioso com relação à CPI. Há a tentativa de instalar uma CPI contra o MST.

Segundo, essa tentativa não é a de instalar uma CPI contra o MST, mas contra o governo. Digo isso porque não é da responsabilidade do governo do estado nem desta Assembleia Legislativa o debate sobre a propriedade da terra.

E o MST é uma organização que nos orgulha pela contemporaneidade do seu movimento, de estimular o debate sobre a reforma agrária. Eu vejo grandes latifúndios sendo utilizados para criar animais e poucos animais em grandes latifúndios, enquanto um número significativo de pessoas está do outro lado da cerca precisando de um espaçozinho para plantar a sua comida, a sua sobrevivência.

Logicamente, há erros em todos os lugares, há erros em todas as instituições e há erros nesta Casa, há erros no MST e há erros, também, em qualquer espaço. Mas nós não podemos criminalizar este movimento extremamente importante para o debate da reforma agrária.

Mas, meu querido deputado Hilton, há um debate atravessado com relação a essa questão do empreendimento, lá. Aliás, não é de Boipeba. Como V. Ex.^a não conhece bem a área, é de Cova da Onça. Eu sou deputado votado naquele município. É em Cova da Onça que há uma comunidade diferente da de Boipeba. Essa mesma comunidade está na Ilha de Tinharé.

O que ocorre? Esse empreendimento, ele foi licenciado pelo governo do estado da Bahia, com a autorização dos órgãos que regulamentam a propriedade. Não é o

governo do estado da Bahia que... Nem é obrigação do Inema fazer análise da propriedade. O Inema analisa o documento posto no processo. O documento, posto no processo, emitido pela SPU, dizia que a propriedade era privada, e não propriedade da União.

Há uma politização. Eu vi, hoje, a farsa que foi o debate nas comissões. Eu vi um representante do Ministério Público Federal que, certamente, nunca foi a uma comunidade carente dizer que os empregos que iam gerar com aquele empreendimento eram empregos na área doméstica, emprego secundarizado. Certamente, ele deve ganhar em torno de R\$ 40 mil, e não sabe o que é uma pessoa precisar de ganhar um salário mínimo para sua sobrevivência. Não é interesse social, é um interesse de uma concepção equivocada que levou Luiz Inácio Lula da Silva a ser preso por essas mesmas concepções.

Então, eu quero dizer que o Inema esteve correto todo o ponto, no seu licenciamento. São técnicos respeitados. Há uma coordenação respeitada na Bahia. E nós não podemos... Chega a pensar, até, que isso é uma discriminação contra a direção do Inema, porque é uma mulher que está, aí, de carreira no estado, há mais de 20 anos.

O Sr. Hilton Coelho: Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. Rosemberg Pinto: Então, meu querido presidente, eu lamento a forma como foi tratada hoje. Quem menos falou naquela audiência foram os moradores de Cova da Onça. Bem, 90% dos moradores da Cova da Onça têm uma posição diferenciada daquela apresentada.

Ora, Sr. Presidente, nós precisamos fazer as nossas audiências para dar oportunidade para que as pessoas envolvidas... Fiz uma crítica à Defensoria Pública do Estado da Bahia. Ela tem de mediar conflito.

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

Ela não tem de tomar uma posição, principalmente que não é a posição dos mais pobres, porque se a Defensoria tivesse tomado a posição dos mais pobres de Cova da Onça, não era a posição que eles tentaram fazer numa audiência pública, chamada pela Defensoria Pública, que o único objetivo era descaracterizar o Inema e o licenciamento ambiental.

O Sr. Hilton Coelho: Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. Rosemberg Pinto: Então, eu quero repudiar essa audiência que hoje teve aí...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) as manifestações contra o governo do estado...

O Sr. PRESIDENTE (Samuel Junior): Para concluir, deputado.

O Sr. Rosemberg Pinto: (...) as manifestações contra as mulheres, a manifestação contra o Inema e contra os técnicos do Inema.

Aqui, nós temos de fazer um debate amplo. Todos têm o direito de se posicionar. Mas é preciso respeitar a opinião, principalmente daqueles que mais precisam. Foi uma audiência que foi debatida...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) na sua maioria por pessoas que, sequer, são da cidade Cairu.

O Sr. PRESIDENTE (Samuel Junior): Para concluir, deputado.

O Sr. Rosemberg Pinto: Muito obrigado.

O Sr. Hilton Coelho: Sr. Presidente, questão de ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Samuel Junior): Bem, lembro aos colegas que, amanhã, há sessão ordinária.

Srs. Deputados, como já venceram os 15 minutos e não há mais tempo regimental, declaro encerrada a presente sessão ordinária.

Deixaram de comparecer à Sessão os(as) senhores(as) Deputados(as): Adolfo Menezes, Fabíola Mansur, Paulo Rangel e Robinho. (04)

Departamento de Taquigrafia / Departamento de Atos Oficiais.

Informamos que as Sessões Plenárias se encontram na internet no endereço <http://www.al.ba.gov.br/atividade-legislativa/sessoes-plenarias>. Acesse e leia-as na íntegra.